

Aconteceu

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP

Jornalista Responsável:
Dermi Azevedo - Reg. Prof. nº 239 MtB

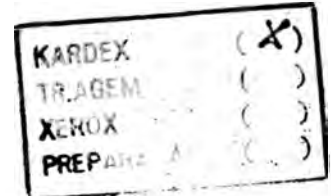
Editor do Aconteceu:
Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Conselho Editorial:
Zwiuglio Mota Dias
Rubem Alves
Aloísio Mercadante Oliva
José Oscar Beozzo
Jether Pereira Ramalho

Assinatura anual: Cr\$ 10.000 (Brasil),
US\$ 58.00 (América Latina),
US\$ 66.00 (América do Norte),
US\$ 72.00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque
nominal ou vale postal para CEDI-RJ



FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 15 A 21 DE JULHO DE 1985
Nº 317 - CIRCULAÇÃO INTERNA



POLITICA NACIONAL

PLANO DE REFORMA AGRÁRIA COMEÇARÁ A SER IMPLANTADO EM SETEMBRO

O governo iniciará a execução da reforma agrária em setembro, um mês depois da data prevista inicialmente, anunciou o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. O ministro reafirmou que a ação do governo se baseará fundamentalmente no 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pelos técnicos do seu Ministério e que não receberá alterações substanciais, "porque o modelo de reforma agrária que estamos adotando obedece aos requisitos mínimos estabelecidos no Estatuto da Terra". Fora disso, acrescentou, "é não cumprir a lei". Assim que o plano nacional estiver aprovado e começar a ser aplicado, serão elaborados os planos regionais e definidas as áreas de atuação do Ministério da Reforma. (FSP - 21/7/85)

MINISTRO DIZ QUE TERRAS DO EXÉRCITO NÃO ENTRARÃO NA REFORMA

As terras do Exército não serão utilizadas na reforma agrária, "nem agora, nem depois", porque os recursos fundiários para a implantação do projeto do Governo são as áreas agricultáveis ociosas disponíveis. Por isso, foi "imprudente" a colocação do Diretor do Incra no Rio Grande do Sul, Eraní Müller, de que a reforma agrária no Estado seria iniciada com a desapropriação de uma área pertencente ao Comando do II Exército. Essas explicações foram dadas ao Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, na última segunda-feira, pelo Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. (O GLOBO - 19/7/85)

EXÉRCITO INVESTIGA ATUAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO QUE PARTICIPAM DO PLANO DE REFORMA AGRÁRIA

O Centro de Informações do Exército (CIEEX) já vinha fazendo levantamento de identidade ideológica dos funcionários que estão atuando no processo de reforma agrária. Agora, solicitou auxílio ao Serviço Nacional de Informações (SNI). A maior preocupação do Exército, na questão da reforma agrária, não é com os comunistas,

mas com a ala progressista da Igreja, em virtude da sua marcante atuação no meio rural. O Exército reconhece a força da Pastoral da Terra no campo, mas considera radical esse segmento da Igreja. Nos meios militares, comenta-se que Nélson Ribeiro não era o candidato do presidente Tancredo Neves para ocupar o Ministério da Reforma Agrária, em razão de suas ligações com o pessoal da Igreja. Os militares entendem que o programa da reforma agrária foi lançado sem a ampla discussão necessária. Consideram, ainda, que o fato de seu anúncio ter sido feito no Congresso dos trabalhadores rurais demonstra ser este um projeto promovido pela Pastoral da Terra. (FSP - 18/7/85)

CONSTITUINTE

ENTIDADES REIVINDICAM CONSTITUINTE DESVINCULADA DO CONGRESSO

Ao pedir a extinção da comissão nomeada pelo governo para a elaboração de anteprojetos de Constituição e a organização imediata de mecanismos de participação popular nas grandes decisões da Assembléia Nacional Constituinte, o jurista Goffredo da Silva Telles Júnior, fez uma síntese da "Carta dos Brasileiros ao presidente da República e ao Congresso Nacional", redigida por ele. O documento foi assinado por mais de 120 entidades que compõem o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. A carta contém, em seis páginas datilografadas, uma argumentação sintética e direta contra a conversão do Congresso Nacional em Assembléia Nacional Constituinte. "Denunciamos como espúria a Assembléia Constituinte composta de órgãos já constituídos", relata o texto. "Se não houver a participação efetiva do povo nesta Constituinte, é melhor que não se mude nada e fique tudo como está", afirmou. Para ele, nestes últimos trinta anos, houve um fortalecimento da consciência nacional, e refutar a participação do povo é ignorar esse fato. O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, formado em janeiro deste ano, reuniu entidades de vários setores da sociedade civil, para dar apoio ao texto de Goffredo. A CUT, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Sindicatos dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo assinaram o documento. (FSP - 18/7/85)

NOVA CARTA E REFORMA AGRÁRIA, TEMAS DE D. IVO NA MENSAGEM DE ABERTURA

Em mensagem enviada ao Congresso Eucarístico Nacional, a ser aberto hoje, às 20h, em Aparecida, SP, d. Ivo Lorscheiter, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desejou que "neste momento histórico do Brasil e da Igreja, este congresso nos impulse para soluções importantes, como a reforma agrária justa, corajosa e pacífica; a formação da Constituinte, com verdadeiros representantes das diversas camadas de nosso povo, para elaborar uma nova Constituição que garanta a todos os seus legítimos direitos e deveres; e a implantação sábia e firme da verdadeira democracia". (FSP - 16/7/85)

TRABALHADORES URBANOS

FUNCIONÁRIOS DO CORREIO PROTESTAM COM GREVE DE FOME

Embora estivesse prevista para acabar ontem, a greve de fome que seis funcionários demitidos em maio pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e pela Embratel estão fazendo na Câmara Municipal continuará por tempo indeterminado. A greve começou na última quarta-feira em protesto contra as mais de 700 demissões de servidores de empresas ligadas ao Ministério das Comunicações e sua continuação foi decidida, segundo os grevistas, devido à falta de interesse do Ministro em estabelecer contato com os demitidos. (O GLOBO - 21/7/85)

METALÚRGICOS ASSINAM ACORDO

Superado o impasse na negociação de cláusula que garantia a aplicação de índices superiores nas empresas onde houve entendimentos em separado, metalúrgicos do Interior do Estado de SP e representantes do Grupo 14 da Fiesp assinaram ontem o acordo que prevê o pagamento de antecipação trimestral de salários de 20,8%, a partir de 1º deste mês. O impasse havia surgido diante da recusa da Fiesp em introduzir a cláusula de garantia aos sindicatos que negociaram diretamente com as empresas percentuais maiores do que o concedido pelo Grupo 14. No entender dos empresários, a inclusão deste item era desnecessária, uma vez que tal garantia já estava prevista no documento assinado em abril último. Ontem oito sindicatos de metalúrgicos do Interior do Estado, dos 32 ligados à federação da categoria que aceitaram a proposta da Fiesp, subscreveram o documento. Os demais órgãos de classe deverão assinar o acordo hoje, na sede da Federação dos Metalúrgicos. (ESP - 18/7/85)

GREVISTAS VÃO SE REUNIR HOJE PARA AVALIAÇÃO

O comando de greve dos profissionais de saúde do Estado e do Município do Rio vai se reunir hoje, às 18h, no Sindicato dos Médicos, para avaliar a posição do Governador Leonel Brizola de só negociar com o fim do movimento. Também participarão da reunião os representantes das entidades que integram o Fórum da Sociedade Civil - CUT, Conclat, Femerj e Faferj, entre outras - que se reuniram anteontem com Brizola, para tentar reabrir as negociações. Segundo o Presidente do Sindicato dos Médicos, Roberto Chabo, até amanhã o comando de greve ouvirá os representantes das 59 categorias envolvidas na paralisação e tomará uma posição a ser levada à assembleia-geral. O Presidente do Sindicato dos Médicos, no entanto, acredita que "a greve tem condições morais e políticas para continuar ainda por algum tempo": É profundamente desagradável que um Governador de Estado tome uma posição intolerante e antidemocrática. Os profissionais de saúde já enfrentaram o estado de calamidade, já enfrentaram a intervenção e ainda têm muito fôlego, disse Roberto Chabo. (O GLOBO - 21/7/85)

PREVIDENCIÁRIOS GAÚCHOS PARAM A PARTIR DE HOJE

Os servidores da Previdência no Rio Grande do Sul decidiram, em assembleia geral da categoria realizada ontem à noite em Porto Alegre, entrar em greve a partir de hoje, por tempo indeterminado, até que suas reivindicações sejam atendidas. A principal delas é a extensão da gratificação de 80% a todos os funcionários. Aproximadamente de quatro mil servidores do Inamps, do Iapas e do INPS do Paraná, 70% do total do Estado já aderiram à greve. Os sete postos do Inamps de Curitiba estão completamente paralisados, assim como a superintendência do Iapas e

INPS. A greve ampliou-se no interior do Estado: servidores de catorze cidades já aderiram ao movimento. (FSP - 16/7/85)

BANCÁRIOS QUEREM A MEDIAÇÃO DO GOVERNO

Os bancários querem que o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, atue como mediador nas negociações do dissídio coletivo de setembro com os banqueiros, após denunciarem a manobra patronal de adiar ao máximo a abertura das conversações. A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) e os sindicatos dos bancários do Estado de São Paulo e do Distrito Federal já encaminharam a Pazzianotto documento com as reivindicações da categoria, apresentadas à Federação Brasileira das Associações de Bancos. Os bancários reivindicam a negociação única, a nível nacional, mas os banqueiros não pretendem abrir mão do respaldo legal para os acordos regionais. Estabilidade no emprego, reajuste trimestral e a conversão da antecipação salarial de 25% em abono, são as outras reivindicações da categoria. (FSP - 20/7/85)

OPOSIÇÃO VENCE ELEIÇÃO NO PORTO DO RIO

Com 54 votos de diferença, a chapa 1, liderada por Waldir Araújo da Rocha, ganhou as eleições do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Rio. A chapa somou 317 votos, contra 263 da chapa 3, encabeçada por Ivan de Assis Barbosa. A chapa 2, de Normando de Castro, não concordou neste segundo escrutínio, preferindo apoiar a chapa 3. Os integrantes da chapa vitoriosa são simpatizantes da Central Única dos Trabalhadores - CUT. As eleições foram realizadas na quinta-feira e a apuração foi feita na sexta-feira, coordenada pelo procurador José Maria de Mello Porto, da Justiça Federal. Foi a segunda eleição dos portuários em menos de 20 dias. No primeiro escrutínio, o procurador José de Mello Porto não proclamou a vitória da chapa 1 - que também somou mais votos - por não ter sido alcançada a maioria absoluta de sufrágios exigida por lei. (O DIA - 15/7/85)

SINDICALISTAS REUNIDOS EM CUBA FIXAM PROTESTO CONTRA DÍVIDA

Os 300 delegados sindicais de 23 países da América Latina e do Caribe, reunidos no Palácio das Convenções de Havana, fixaram o próximo 23 de outubro como "Dia de Ação Continental contra a Dívida" e do documento final do encontro - "Ata de Havana" - disseram ser impossível pagá-la. Segundo o documento, "uma grande maioria dos delegados se pronunciaram a favor da anulação da dívida. Outros apresentaram propostas alternativas de uma moratória imediata ou do adiamento dos pagamentos por determinado número de anos. Contudo, todos concordaram que a dívida não pode ser paga". Os sindicalistas concordaram, de acordo com as condições concretas de cada país, em pressionarem seus governos para a formação de uma frente de devedores na região. (FSP - 20/7/85)

PAZZIANOTTO

Num encontro com dirigentes sindicais ontem à tarde em Belém, o ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, diante de algumas críticas ao seu anteprojeto da nova lei de greve, disse que pretende reescrevê-lo com base nos subsídios que tem recebido, mas que há necessidade urgente de uma lei que se adapta ao atual período de transição. Quando um dos dirigentes sindicais propôs a rejeição do anteprojeto, "porque os trabalhadores não pretendem apoiar qualquer projeto que venha restringir o direito de greve", o ministro afirmou estranhar não ter havido, em 1978, quando da aprovação do Decreto-Lei nº 1.632, tanta rejeição como agora ocorre a seu anteprojeto. O dirigente regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Paulo Rocha, defendeu o direito irrestrito de greve e estranhou que o mi-

nistro defende a liberdade e autonomia sindicais, ao mesmo tempo em que elabora um arteprojeto que restringe o direito de greve. (ESP - 16/7/85)

TRABALHADORES RURAIS

MOVIMENTO DOS SEM TERRA REÚNE 50 MIL PESSOAS NO PARANÁ

A origem do movimento dos sem terra foi no Paraná, quando os agricultores do Oeste do Estado tiveram suas terras desapropriadas pela hidrelétrica de Itaipu, no fim dos anos 70. Para evitar a transferência para fora do Estado, os agricultores formaram o Mastro, que se transformou em exemplo para pequenos agricultores de outras regiões. Hoje, mais de 50 mil pessoas já estão ligadas a movimentos regionais que objetivam a realização da reforma agrária, o estabelecimento de uma sociedade "justa e fraterna" e a integração de todos os movimentos de sem terras. Em Tapejara, a 339 quilômetros de Porto Alegre, um dos seis coordenadores do movimento dos sem terra do Rio Grande do Sul, Claudir Gaiardo, afirmou que os agricultores do Estado só apelarão para invasões de propriedade "em último caso". (ESP - 16/7/85)

ZONA DA MATA QUER REFORMA COM URGÊNCIA

Passeata com cerca de 1 mil trabalhadores de 11 municípios da Zona da Mata, onde existem conflitos de terra, foi desde a sede da Federação dos Trabalhadores de Pernambuco (Fetape) até a sede regional do INCRA, reivindicando a aplicação urgente do projeto de reforma agrária. No INCRA, entregaram ao presidente regional, Byron Sarinho, documento denunciando violências contra os trabalhadores, desde a destruição de lavouras até o assassinato de seus líderes. Diz o documento que a aplicação do Estatuto da Terra permitirá assentar mais de duas mil famílias em 13 mil hectares. (JB - 16/7/85)

TRABALHADORES APELAM PARA SARNEY NO MARANHÃO

A Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão vai encaminhar ao Presidente Sarney, esta semana, documento pedindo que a Polícia Federal e o Exército intervenham para evitar os conflitos de terras que se espalham por todo o Estado e se agravaram com o anúncio do plano de reforma agrária. Na semana passada, o Presidente Sarney já tinha recebido do Bispo de Grajaú, Dom Tarcísio Lopes, outro documento manifestando preocupação diante das violências contra trabalhadores rurais e pedindo demarcação das áreas de conflitos, registradas em todos os 132 municípios. O documento dos trabalhadores, assinado pela maioria dos dirigentes sindicais, pede ao Presidente Sarney que, através de decretos, proíba os despejos e atribua ao INCRA a responsabilidade pela solução dos conflitos. Pede, também, que determine ao Governo estadual a proibição de venda de terra a pessoas físicas ou jurídicas que não sejam trabalhadores rurais e apuração dos crimes praticados contra trabalhadores. (JB - 16/7/85)

JUVENTUDE RURAL PEDE TERRAS EM PERNAMBUCO

Reunidos na Convenção da Juventude Rural de Pernambuco, até meninos de nove anos - que apesar de sua pouca idade já pegam na enxada para ajudar a família na lavoura - proclamaram a necessidade urgente da Reforma Agrária. A Convenção foi aberta pelo presidente da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), Romeu Padilha, segundo o qual dos 12 milhões de jovens lavradores bra

sileiros apenas 200 mil têm assistência técnica governamental, havendo, ainda, quase 5 milhões de analfabetos. Aurílio Barbosa da Silva, 17 anos, é o único, em sete irmãos, a ajudar o pai e a mãe no plantio de mandioca nos cinco hectares da família em Caruaru: "Sete foram para São Paulo trabalhar na indústria metalúrgica do ABC - explica ele. Aqui a terra é pouca e não dá para todo mundo. Mas, se a crise aumentar em São Paulo e eles voltarem ao Agreste, vão morrer de fome. A gente só vê falar de Reforma Agrária na televisão e no rádio. Mas pegar terra que as pessoas já têm e dar título de posse não é reforma agrária; é titulação". (JB - 19/7/85)

PARA CONTAG, PROTELAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA PROVOCARÁ AUMENTO DA TENSÃO

O Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, disse ontem que, apesar de reconhecer que o Plano Nacional de Reforma Agrária atende, em grande parte, às reivindicações dos trabalhadores rurais, é preciso que o Governo inicie o quanto antes a sua implantação, "para que a protelação não termine por frustrar as esperanças dos camponeses em todo o País". Se a protelação persistir por muito tempo - disse ele - o movimento sindical não poderá segurar mais a pressão dos trabalhadores sem terra. (O GLOBO - 18/7/85)

MOVIMENTO NO SUL VAI SOLICITAR DESARMAMENTO

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos vai pedir ao assistente jurídico do Ministério da Justiça, Marcelo Cerqueira, que determine o desarmamento dos fazendeiros de 10 municípios, que fizeram pacto de defesa comum ameaçando atirar em qualquer invasor de terras. O Movimento resolveu pedir a ação do Ministério da Justiça ao tomar conhecimento da entrevista do presidente do Sindicato Rural de Carazinho, Vali Albretch, à Rádio Pampa, em que informou estarem os fazendeiros muito bem armados e com muita munição estocada. O conselheiro do Movimento, Jair Krischke, disse que os ruralistas formam "um grupo paramilitar" e que "poderão haver graves conseqüências". (JB - 16/7/85)

PARANÁ: AGRICULTOR SEM TERRA RECUSA TRANSFERÊNCIA PARA ÁREAS ARRENDADAS

Os agricultores sem terra do sudoeste do Paraná, que há dez dias estão reunidos em três grandes acampamentos nas margens das rodovias da região, não aceitaram ontem a proposta apresentada pelo Governador José Richa de desmontarem os acampamentos e se transferirem provisoriamente para áreas arrendadas pelo Governo. As assembleias realizadas nos três acampamentos - nos municípios de Marmeleiro, Salto do Lontra e Chopinzinho, onde estão vivendo cerca de duas mil famílias - decidiram manter o protesto e reafirmaram a disposição dos lavradores de só saírem das margens das estradas para tomarem posse definitiva de suas terras, estabelecidas pelos projetos de reassentamento da reforma agrária. Os lavradores manifestaram ainda sua esperança nas promessas feitas pelo Governador José Richa, durante reunião realizada anteontem, em Curitiba, de que discutiria o problema dos sem terra do Paraná com o Presidente José Sarney. (O GLOBO - 18/7/85)

COMEÇA A FALTAR COMIDA NOS ACAMPAMENTOS DO PARANÁ

Está faltando comida para cerca de 300 das 700 famílias acampadas no município de Salto do Lontra, no sudoeste paranaense, e pelo menos 400 crianças e 50 adultos estão com problemas respiratórios, gripe, diarreia, dores de estômago e de cabeça. As informações foram dadas ontem por dois líderes do acampamento de lavradores sem terra. Um rumor de que os acampados fariam greve de fome a partir de segunda-feira, se até lá o Governo não providenciasse o reassentamento das duas mil

famílias instaladas precariamente em Salto do Lontra, Marmeleiro e Chopinzinho, foi desmentido por Danilo Vivian, que esclareceu: Nós não iremos fazer a greve de fome que se comenta, mas deixaremos de comer na marra, porque nosso estoque de comida está no final. E se a comida acabar, segundo ele, a situação "fica preta de fato, porque ninguém terá condições de controlar uma multidão de famintos". Mas Vivian acha que as autoridades estaduais e federais acabarão ajudando. (O GLOBO - 20/7/85)

ACABOU A GREVE DOS "BÓIAS-FRIAS" EM SP

Cortadores de cana de Sertãozinho, na região de Ribeirão Preto, voltaram ontem ao trabalho, suspendendo a greve deflagrada terça-feira. Para analisar suas reclamações de que não está sendo cumprido o acordo coletivo de trabalho, assinado em maio último, um representante do Ministério do Trabalho, Evaldo Custódio, e outro da Fetaesp, Vidor Faita, estiveram ontem na cidade, prometendo intensificar a fiscalização. Foi por um "voto de confiança" na fiscalização, feita por uma comissão tripartite (com representantes também da Fetaesp), que a assembleia realizada terça-feira à noite, decidiu pela suspensão da greve, que, segundo os líderes do movimento, contou com a adesão de mais de mil "bóias-frias". (ESP - 18/7/85)

ACIDENTE MATA MÃE E FILHOS BÓIAS-FRIAS

Duas pessoas morreram e outras 27 ficaram gravemente feridas em um acidente, ontem de manhã, a 30 quilômetros de Manhuaçu (MG), com um caminhão, transportando 29 bóias-frias. O veículo conduzia os trabalhadores de Santana para Simonésia, na Zona da Mata, quando tombou em uma estrada de terra. (O GLOBO - 16/7/85)

IGREJAS

CONGRESSO EUCARÍSTICO REFORÇA OPÇÃO SOCIAL DA IGREJA BRASILEIRA

A reafirmação da linha social e política da Igreja Católica no Brasil, através da CNBB e demais organismos eclesiais comprometidos com uma "evangelização libertadora", é o principal resultado do 11º Congresso Eucarístico Nacional. O congresso - sobre o tema "Pão para quem tem fome" - será encerrado hoje, na esplanada João Paulo 2º da Basílica de Aparecida, a 166 km de São Paulo, com a presença do presidente José Sarney, de trezentos milromeiros de todo o País e de cerca de cem bispos. O balanço do congresso indica que foram contrariadas duas expectativas: a primeira, dos conservadores, que esperavam transformar Aparecida em um espaço não conservador; a segunda, dos progressistas, que talvez tenham subestimado a possibilidade de dar um caráter pastoral e renovador a um acontecimento de massa como esse. Muitos nomes importantes no episcopado, sobretudo entre os progressistas, não vieram a Aparecida. Não participaram do congresso, por exemplo, os bispos que assinaram a nota de apoio a Boff, entre os quais d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT) e d. Tomás Balduino, de Goiás Velho (GO). Nos bastidores do congresso, comentava-se que a indicação do cardeal Baggio como enviado do Papa teria provocado a ausência de muitos bispos em Aparecida. Embora declarando-se constantemente "um amigo do Brasil", d. Sebastião é responsabilizado, por alguns setores da Igreja no País, de influencia na nomeação de conservadores para várias sedes episcopais brasileiras, sobretudo quando era prefeito da Congregação do Vaticano para os Bispos. (FSP - 21/7/85)

IGREJA LUTERANA APÓIA REFORMA AGRÁRIA

A Igreja Luterana do Brasil, manifestando-se a favor do Plano Nacional da Reforma Agrária, divulgou documento onde destaca que a Reforma Agrária "não significa a desapropriação indiscriminada, não tira a terra daqueles que a trabalham, mas pretende fazer justiça na desequilibrada situação fundiária do País". Em carta assinada pelo seu presidente em exercício, o pastor Gootfried Brakmeir, a Igreja Luterana afirma que "a posse excessiva, as áreas ociosas e seu uso para fins especulativos, de um lado, e o povo sem terra, faminto, de outro, representam não só o permanente estopim de conflitos e de violência, como também o flagrante desrespeito à vontade de Deus". O pastor conclama "todas as pessoas de boa vontade a obedecerem mais a Deus do que aos interesses egoístas e humanos", alertando para as ameaças a que estão sujeitas as iniciativas do Governo, porque "interesses partidários, classistas e pessoais se opõem à renovação e perigam frustrar os anseios da democracia e da justiça". (JB - 18/7/85)

BISPOS DIVULGAM NOTA DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Uma nota afirmando que, "sem reforma agrária, não haverá neste País verdadeira paz", foi divulgada ontem às 15h em Aparecida do Norte por cerca de oitenta bispos que participam do 11º Congresso Eucarístico Nacional. Eles afirmam se pronunciar "em sintonia com os mais vivos anseios de milhões de brasileiros, espalhados por todas as nossas paróquias e Comunidades Eclesiais de Base". Lamentando que, "por egoísmo e má distribuição da terra", milhões de pessoas passam necessidade em todo o Brasil, os bispos reafirmam "a necessidade e urgência de uma reforma agrária justa, ampla, pacífica e corajosa, conforme os documentos Igreja e Problema da Terra e Nordeste - Desafio à Ação Pastoral da Igreja no Brasil, da CNBB". A nota será entregue amanhã, em Aparecida, ao presidente José Sarney e será também enviada às autoridades fundiárias e entidades ligadas à questão da terra. (FSP - 20/7/85)

REJEITADO TEXTO QUE DEFENDE BOFF

O cardeal Sebastiano Baggio, representante do papa João Paulo II no XI Congresso Eucarístico Nacional, condenou ontem um documento assinado por 11 entidades que defende a posição assumida pela Teologia da Libertação e o frei Leonardo Boff. O documento em defesa de Boff é composto por 44 itens e acusa o "poder imperialista ocidental e seus aliados de atuar contra as comunidades eclesiais de base e a Teologia da Libertação" após a publicação do informe Rockefeller, em 1969. Intitulado "Um processo de ataque contra a Igreja que nasce do povo", o documento é assinado por entidades como a Comissão Pastoral da Terra e pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação. O Vaticano, segundo o documento, nos últimos cinco anos tem estreitado relações com a atual administração dos Estados Unidos, e a Igreja durante os últimos 20 anos tomou posição em defesa dos direitos humanos na América Latina, "mas reproduz essas violações em seu próprio seio ao condenar Leonardo Boff ao silêncio". (ESP - 18/7/85)

CNBB PESQUISA A FOME NO NORDESTE

Pelo menos cinco mil pessoas morreram de fome no Ceará por causa da seca, durante o período de 1979 a 83. Esse é um dos dados do levantamento que está sendo preparado pelos bispos do Secretariado Nordeste-I, da CNBB, a respeito da última grande seca no Nordeste. Segundo informou ontem o bispo-auxiliar de Fortaleza, dom Manoel Edimilson da Cruz, um dos participantes do XI Congresso Eucarístico Nacional, o levantamento no Ceará foi concluído este mês, não havendo previsão ainda do término dos estudos nos outros oito Estados nordestinos. Embora esteja sendo feito com base em atestados de óbito e depoimentos, dom Manoel disse que o levanta-

mento não indicará números precisos, uma vez que as famílias nordestinas só admitem que "um parente morreu de fome quando ele cai morto", não incluindo nessa classificação as vítimas da fome crônica, "aqueles que vão morrendo aos poucos". (ESP - 21/7/85)

CELEBRAÇÃO ECUMÊNICA EM SOLIDARIEDADE À NICARÁGUA

O sexto aniversário da vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua foi comemorado ontem, em frente ao Consulado americano, no Rio, com um culto ecumênico que reuniu representantes das comunidades católica e evangélica e teve o apoio de entidades comunitárias. "Ronald Reagan encarna o imperialismo, o militarismo e o racismo. A maioria do povo americano está contra o boicote à Nicarágua mas ainda não se organizou o suficiente para manifestar com mais veemência o seu repúdio" - proclamou o reverendo Brady Tyson, que está morando no Brasil e durante três anos foi assessor religioso de Jimmy Carter. (JB - 20/7/85)

INDIOS

MINERADORES E GARIMPEIROS AMEAÇAM ALTO RIO NEGRO

Os Tukano, Baniwa, Anapaso, Tariana, Tuyuka, Desana, Bará, Maku, Wanama, Pirá-Tapuya, Miriti-Tapuija e outras nações indígenas no Rio Negro, Amazonas, estão sendo ameaçadas de invasão pelos garimpeiros e as empresas mineradoras, como, por exemplo, a Paranapanema, Gold Amazon, Taboca e Continental. O delegado da 1ª Delegacia de Manaus-AM, Sebastião Amâncio, confirmou a invasão pelos rios Japurá, Marié, Curicuiari, Uaupés e Içana, principalmente da Paranapanema, na Serra Traira, dentro de território indígena. Além disso, Gilberto Mestrinho, governador do Amazonas, e Iris Rezende, governador de Goiás, assinaram convênio para trazer milhares de colonos para Vila Bittencourt - nos rios Japurá e Cucuí - Rio Negro, onde existem os pelotões do Exército de fronteira. Os índios no Alto Rio Negro exigem da Funai a retirada imediata dos 37 garimpeiros no rio Uaupés e mais do rio Içana. Exigem também a demarcação imediata de 6 milhões de hectares, conforme a decisão das lideranças indígenas e de suas organizações. (FORANTIM Nº 77/78 - Julho/Agosto de 1985)

ÍNDIOS OCUPAM FUNAI EM SALVADOR

A 17ª Delegacia Regional da Funai, sediada nesta capital, permaneceu ontem ocupada por 70 índios das tribos Pataxó, Hã-Hã-Iêe, Tuxá, Pankarané e Caibé, que exigem do órgão a imediata demarcação de suas reservas que, segundo eles, estão ameaçadas de invasão por fazendeiros ou grileiros. No segundo dia da ocupação e diante da falta de providências concretas para a demarcação das áreas indígenas, a relação entre índios e os funcionários da Funai começou a ficar tensa. Os pataxós e hã-hã-hães além da demarcação da sua reserva de 36 mil hectares de terras no Sul da Bahia, exigem a desocupação de parte da reserva, hoje em poder do IBDF, enquanto os tuxás cobram uma definição urgente da CHESF quanto à inundação de suas terras após a construção de uma hidrelétrica do complexo de Paulo Afonso. (JB - 20/7/85)

λ REFORMA AGRÁRIA

"Coletivizante", "ataque ao princípio da propriedade privada", "desestabilizadora da produção no campo" são alguns dos qualificativos largamente utilizados pelos grandes proprietários de terra no Brasil desde o anúncio pelo governo de um plano de reforma agrária. Ocupando as primeiras páginas dos grandes jornais diários, as direções de algumas entidades associativas de empresários rurais, como a FAESP, a FAEMG, a FARSUL, a CNA, a SRB têm, com sua grita, procurado obscurecer algumas das características recentes do campo brasileiro que o tem tornado, cada vez mais, palco de conflitos e tensões e que são a razão de ser da demanda, por parte dos trabalhadores rurais, de uma ampla reforma agrária.

Nos últimos vinte anos, a tendência à concentração da propriedade da terra no Brasil aumentou; grandes áreas na fronteira agrícola foram, através de incentivos fiscais, entregues a grupos empresariais que pouco ou nada nela cultivaram, mas sim a tornaram objeto principalmente de especulação. As regiões de ocupação mais antiga também não foram poupadas da febre especulativa. Parte dos recursos destinados ao aumento da produção, à modernização dos estabelecimentos agrícolas foram destinados a outras finalidades; a política do governo estimulou a expansão das culturas de exportação em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno. Volumes imensos de terra foram mantidos improdutivos. Acelerou-se o processo de expulsão do trabalhador do campo - posseiros, assalariados, parceiros, passaram a ser pressionados das mais diferentes formas a abandonar suas terras, vindo, assim, as levas de migrantes. A periferia das grandes cidades inchou, aguçando o quadro de miséria.

Apesar da violência que se abateu sobre os trabalhadores rurais, estes conseguiram, nesse processo, se organizar e procuraram, de todas as formas possíveis, resistir a essa avalanche que se voltava contra eles. Essa resistência vai desde o recurso às ações na justiça até a permanência a qualquer custo na terra, organização de acampamentos, atos públicos de protesto, etc.. Durante esses anos cresceu o movimento sindical que retomou e manteve viva uma bandeira reivindicatória unificadora das diversas lutas que se travavam no campo e que dava conta dos interesses do conjunto dos trabalhadores rurais: uma reforma agrária que lhes garantisse o direito à dignidade humana e à cidadania.

À organização e resistência dos trabalhadores rurais correspondeu o aumento da violência, num ataque agora mais direto às lideranças, advogados, agentes pastorais, assessores, etc.. Até agora, as milícias de jagunços, a serviço dos proprietários de terra contaram com a conivência dos poderes públicos e mantiveram-se impunes; os juizes permaneceram, no mínimo, omissos, permitindo que os interesses privados continuassem subordinando os interesses públicos.

Na luta dos trabalhadores rurais por seu direito está, pois, contida mais do que uma reivindicação por terra. Sua instância última é a luta pela dignidade social, pelo fim do arbítrio, pela democratização da sociedade. É esse o sentido mais profundo da luta pela reforma agrária.

A fala dos proprietários rurais, o uso dos velhos jargões, encobre a defesa de seus privilégios, de sua impunidade, de seu arbítrio. Desse ponto de vista, a luta pela reforma agrária não é só do interesse dos que sofrem as violências no campo, mas de todos aqueles que se posicionam contra uma política autoritária e concentradora de riquezas.